

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Sociologia

Anthony  
**GIDDENS**

Membro do King's College, Cambridge

rio

# SOCIOLOGIA

uma breve porém  
crítica introdução

*Tradução:*

Alberto Oliva

Luis Alberto Cerqueira

Professores da UFRJ



SBD-FFLCH-USP



88476

ZAHAR EDITORES

RIO DE JANEIRO

7

9

11

15

19

28

30

7

6

7

7

esse conteúdo empírico, ressaltar certos aspectos normalmente descurados em trabalhos introdutórios. Muitas caracterizações da sociologia são escritas tendo em vista fundamentalmente determinada sociedade — aquela em que o autor, ou o público ao qual se dirige, vive. Tentei evitar esse tipo de provincianismo na crença de que uma das principais tarefas do pensamento sociológico consiste em romper a fronteira do familiar. Mas, talvez a principal característica distintiva do livro seja a forte ênfase que concede ao histórico. Podemos ensinar “sociologia” e “história” como se fossem distintos campos de estudo, mas tal postura se me afigura equivocada.

Envidei esforços no sentido de ser conciso e isso envolve algum tipo de sacrifício com relação à abrangência. Não me preocupei em fazer uma cobertura enciclopédica de todos os tópicos que constituem áreas legítimas de interesse sociológico. O leitor que desejar tal abrangência deverá buscá-la alhures.

Cambridge,  
outubro de 1981

ANTHONY GIDDENS

## Sociologia: Questões e Problemas

A sociologia é uma disciplina que desfruta de uma reputação curiosamente ambivalente. Por um lado, muitas são as pessoas que a associam ao fomento de rebeliões, como se não passasse de um estímulo à revolta. Mesmo que tenham vaga noção dos tópicos estudados pela sociologia, ainda assim a vinculam à subversão, às estrepitosas exigências feitas por desleixados militantes estudantis. Por outro lado, uma visão muito diferente da sociologia é em geral — talvez mais comumente — abraçada por indivíduos que tiveram com ela um contato direto em escolas e universidades. Isso é que faz com que seja um enfadonho e não-instrutivo empreendimento que, longe de impelir os estudantes às barricadas, é capaz de matá-los de tédio. Dentro dessa perspectiva, a sociologia assume a inócua condição de ciência. Mas não com tanta força explicativa quanto as ciências naturais erigidas em modelos pelos sociólogos.

Creio que os que reagiram desse último modo têm certa dose de razão. A sociologia tem sido concebida por muitos de seus divulgadores — até mesmo pela maioria — de tal maneira que tem dado ensejo a que asserções triviais sejam enganosamente veiculadas numa linguagem

pseudocientífica. É equivocada a concepção de que a sociologia pertence ao grupo das ciências naturais e que deva, em razão disso, tentar servilmente imitar seus procedimentos e objetivos. Ao menos em certa medida, seus críticos leigos estão cobertos de razão em se mostrarem cépticos quanto às realizações que a sociologia é capaz de produzir quando assim entendida.

Minha intenção neste livro é associar a sociologia ao primeiro tipo de visão, mais que ao segundo. Mas isso não significa que pretenda vincular a sociologia a algum tipo de fúria irracional encarada pela maioria das pessoas como forma de conduta louvável e adequada. Não quero, porém, esposar a concepção de que a sociologia, entendida da maneira pela qual a descrevo, encerra necessariamente um teor subversivo. Em minha opinião, seu caráter subversivo ou crítico não acarreta que ela seja um empreendimento intelectual sem valor. Ao contrário, a sociologia só tem esse caráter porque lida com problemas que se mostram (ou deveriam mostrar-se) prementes para todos nós, problemas que geram as principais controvérsias e conflitos na própria sociedade. Por mais que possa haver estudantes dóceis ou radicais — ou qualquer outro tipo de radical —, existem claras ligações entre os impulsos que os instigam à ação e algum tipo de consciência sociológica. Isso não se dá, ou talvez se dê apenas raramente, porque os sociólogos pregam abertamente a revolta. Ocorre por que o estudo da sociologia, adequadamente entendida, demonstra de modo inequívoco quão prementes são as questões sociais com que nos defrontamos no mundo atual. Todos têm algum tipo de consciência dessas questões, mas o estudo da sociologia favorece a que se lhes dê um enfoque mais agudo. A sociologia não pode permanecer uma disciplina puramente acadêmica, se “acadêmica” significa uma busca desinteressada e distanciada, circunscrita ao âmbito estreito dos muros da universidade.

A sociologia não é uma disciplina similar a um belo presente teórico, a demandar apenas o esforço de desembrulhar seu conteúdo. Como as outras ciências sociais — que podem incluir, entre outras disciplinas, a antropologia, a economia e a história —, a sociologia é uma empreitada intrinsecamente controvertida. Até mesmo porque se caracteriza por permanentes disputas acerca de sua própria natureza. Mas isso não constitui fraqueza, apesar

de ter isso parecido a inúmeros “sociólogos” profissionais e a muitas pessoas leigas angustiadas com o fato de existirem numerosas concepções competindo pela maneira adequada de enfocar e analisar o objeto da sociologia. Os que se afligem com a persistência dos embates sociológicos e com a falta de consenso para resolvê-los usualmente caracterizam essa situação como sinal de imaturidade da sociologia. Eles querem que a sociologia se assemelhe a uma ciência natural, gerando um sistema de leis universais supostamente semelhante àqueles que a ciência natural descobriu e validou. No entanto, de acordo com a concepção que aqui delinearei, é um equívoco supor que a sociologia deva ser elaborada à maneira das ciências naturais, ou imaginar que uma ciência natural da sociedade seja possível ou desejável. Outrossim, gostaria de enfatizar que tal afirmação não pretende veicular o ponto de vista segundo o qual os métodos e objetivos das ciências naturais se mostram totalmente irrelevantes para o estudo do comportamento social humano. A sociologia lida com um objeto fatualmente observável, depende da pesquisa empírica e envolve tentativas de formular teorias e generalizações que darão sentido aos fatos. Mas a natureza dos seres humanos não é a mesma dos objetos materiais. O estudo de nosso próprio comportamento, no que se refere a certos aspectos muito importantes, é completamente diferente do estudo dos fenômenos naturais.

### O contexto da sociologia

O desenvolvimento da sociologia, assim como suas preocupações atuais, tem de ser apreendido no contexto das mudanças que criaram o mundo moderno. Vivemos numa época de maciça transformação social. No decorrer de apenas dois séculos, tiveram lugar avassaladoras mudanças sociais que, nos dias de hoje, são ainda mais aceleradas. Tais mudanças, que se originaram na Europa Ocidental, fazem-se sentir agora por toda parte. Elas dissolveram totalmente as formas de organização social em que a humanidade viveu durante milhares de anos. Seu núcleo deve ser encontrado nas que têm sido descritas como “as duas grandes revoluções” dos séculos XVIII e XIX que tive-

ram lugar na Europa. A primeira é a Revolução Francesa de 1789, que corresponde não apenas a um conjunto específico de eventos, mas também a um símbolo de transformações políticas de nossa era. Pois a Revolução de 1789 foi muito diferente das rebeliões que a antecederam. De tempos em tempos, os camponeses se rebelavam contra os senhores feudais, mas tentavam apenas afastar certos indivíduos do poder, ou fazer com que os preços ou as taxas fossem reduzidos. Com a Revolução Francesa (a qual podemos associar, com certas reservas, à revolução anticolonial ocorrida na América do Norte em 1776), pela primeira vez na história uma ordem social foi completamente transformada por um movimento conduzido por idéias puramente seculares — liberdade e igualdade universais. E se, mesmo nos dias de hoje, os ideais dos revolucionários raramente são realizados, ao menos eles criaram um clima de mudança política que se tem mostrado uma das forças dinâmicas da história contemporânea. Atualmente, poucos são os Estados cujos governantes não proclamam tratar-se de “democracias”, seja qual for sua compleição política real. Isso é algo totalmente novo na história da humanidade. É claro que existiram outras repúblicas, especialmente as da Grécia e Roma clássicas. Porém, não passaram de casos raros. E nesses casos, os que integravam o corpo de “cidadãos” constituíam uma minoria da população, cuja maioria era composta de escravos ou de pessoas que não desfrutavam das prerrogativas dos grupos restritos que tinham acesso à cidadania.

A segunda “grande revolução” foi a chamada “Revolução Industrial”, que ocorreu na Inglaterra no final do século XVIII e se disseminou, ao longo do século XIX, pela Europa Ocidental e Estados Unidos. As vezes, a Revolução Industrial é apresentada como um conjunto de inovações técnicas: especialmente a utilização do vapor para manufaturar a produção e a introdução de novas formas de maquinaria acionadas por tais fontes de energia. Entretanto, essas invenções técnicas foram apenas parte de um conjunto muito mais amplo de mudanças sociais e econômicas. A transformação mais importante foi a migração em massa da força de trabalho proveniente do campo para os setores do trabalho industrial em constante expansão. Tal processo acabou levando também à mecaniza-

ção da produção agrária, além de promover a expansão das cidades com uma intensidade jamais vista na história. Calcula-se que antes do século XIX, mesmo nas sociedades mais urbanizadas, não mais que 10% da população habitavam as pequenas ou as grandes cidades — e geralmente muito menos na maioria dos Estados e impérios sustentados pela agricultura. Consoante os padrões modernos, virtualmente todas as cidades nas sociedades pré-industriais, mesmo os mais afamados centros cosmopolitas, eram relativamente pequenas. Estimou-se, por exemplo, a população londrina do século XIV em 30 mil habitantes e a de Florença durante o mesmo período em 90 mil. No início do século XIX, a população de Londres já ultrapassara a de qualquer cidade em todos os tempos, alcançando a cifra de cerca de 900 mil almas. Mas, em 1800, mesmo com tão grande centro metropolitano, apenas uma pequena minoria da população da Inglaterra e País de Gales residia em cidades. Um século depois, quase 40% da população residiam em cidades de 100 mil habitantes ou mais e cerca de 60%, em cidades de 20 mil habitantes ou mais.

QUADRO 1.1 *Percentagem da população mundial que reside em cidades.*

	Cidades de 20 mil habi- tantes ou mais	Cidades de 100 mil habi- tantes ou mais
1800	2,4	1,7
1850	4,3	2,3
1900	9,2	5,5
1950	20,9	13,1
1970	31,2	16,7

FONTE: Kingsley Davis, “The origin and growth of urbanisation in the world”, *American Journal of Sociology*, vol. 61, 1955 (atualizado).

O Quadro 1.1 mostra que a urbanização tem-se expandido dramaticamente em escala mundial, e que isso continua a ocorrer. Todos os países industrializados são muito urbanizados, quaisquer que sejam os critérios que usemos para distinguir a “pequena” e a “grande” cidade

dos centros menos populosos. No entanto, também nos países do Terceiro Mundo se verifica rápida expansão das áreas urbanas. As maiores áreas urbanas do mundo contemporâneo mostram-se imensas, quando as contrastamos com cidades de sociedades anteriores ao século XIX.

Se a industrialização e a urbanização estão no centro das transformações que dissolveram inexoravelmente as formas mais tradicionais de sociedade, devemos mencionar um terceiro fenômeno que lhes está associado. Trata-se do surpreendente aumento da população mundial nos dias de hoje, comparativamente com o passado. Já se estimou que, na época do nascimento de Cristo, a população do mundo provavelmente não chegava a 300 milhões de habitantes. Até o século XVIII, sua totalidade parece ter crescido de maneira bem constante, ainda que lenta; provavelmente, a população do mundo duplicou durante esse período. Desde então tem ocorrido a tão falada "explosão populacional", embora pouco se saiba sobre ela. Atualmente, há quase 4 bilhões de pessoas vivendo no mundo, e esse número tem aumentado de tal modo que, a perdurar tal situação, a população mundial duplicará a cada 40 anos. Embora as consequências de tal crescimento populacional para o futuro da espécie humana sejam assustadoras, podendo ser objeto de grande controvérsia, os fatores que subjazem às origens do recente crescimento demográfico são menos controvertidos que os da industrialização ou urbanização. Na maior parte da história da humanidade, houve um equilíbrio geral entre as taxas de natalidade e de mortalidade. Ainda que, em alguns aspectos, se trate de questão complexa, nela se destacam dois fenômenos principais. O primeiro é que, anteriormente aos dois últimos séculos, a média de vida raramente ultrapassava os 35 anos, e em geral era menor. O segundo fator foi a taxa de mortalidade infantil: não era incomum, na Europa medieval e alhures, que até a metade das crianças nascidas em cada ano morresse antes de alcançar a idade adulta. O aumento da expectativa de vida e o dramático decréscimo da taxa de mortalidade infantil — produzidos pelas melhores condições sanitárias e higiênicas e pelo progresso da medicina, que propiciou a cura das principais doenças infecciosas — têm contribuído para esse prodigioso crescimento populacional.

### Sociologia: uma definição e algumas considerações preliminares

A sociologia surgiu quando aqueles que se viram envolvidos na série inicial de mudanças ocasionadas pelas "duas grandes revoluções" que tiveram lugar em solo europeu buscaram compreender as condições de sua emergência e suas prováveis consequências. Naturalmente, nenhuma área de estudo pode ser exatamente demarcada em termos de suas origens. Podemos prontamente traçar uma linha contínua que vai dos autores de meados do século XVIII aos períodos mais recentes do pensamento social. De fato, a formação da sociologia envolveu um clima ideológico que contribuiu para incrementar ambos os processos revolucionários.

Como deveríamos definir a "sociologia"? Vejamos uma definição trivial. A sociologia diz respeito ao estudo das sociedades humanas. Ora, só podemos formular a noção de sociedade de modo muito geral. Pois sob a categoria geral de "sociedades" desejamos incluir não apenas os países industrializados, mas também os imensos Estados imperiais sustentados pela agricultura (como o Império Romano ou a China tradicional) e, no extremo oposto, as pequenas comunidades tribais que apenas podem abranger um número insignificante de indivíduos.

Uma sociedade é um grupo, ou sistema, de modos institucionalizados de conduta. Falar de formas "institucionalizadas" de conduta social é referir-se a modalidades de crença e comportamento que ocorrem e recorrem — ou, como expressa a terminologia da moderna teoria social, são socialmente reproduzidas — no tempo e no espaço. A linguagem é excelente exemplo de uma forma de atividade institucionalizada, ou instituição, por ser tão fundamental para a vida social. Todos nós falamos línguas que, enquanto indivíduos, nenhum de nós criou, embora possamos utilizar a linguagem de forma criativa. No entanto, muitos outros aspectos da vida social podem ser institucionalizados, ou seja, tornam-se geralmente práticas adotadas que mantêm uma forma reconhecidamente similar ao longo das gerações. Por conseguinte, podemos falar de instituições econômicas, políticas e assim por diante. E devemos assinalar que semelhante uso do conceito de "instituição" difere da maneira em que o termo é freqüen-

temente empregado na linguagem comum, como vago sinônimo de "grupo" ou "coletividade" — como quando, ao falarmos de uma prisão ou hospital, nos referimos a uma "instituição".

Essas considerações servem para mostrar como devemos compreender o termo "sociedade", mas não podemos deixar a questão por resolver. Como objeto de estudo, a "sociedade" é abordada tanto pela sociologia quanto pelas demais ciências sociais. A característica distintiva da sociologia reside no fato de ela concernir principalmente aquelas formas de sociedade que têm emergido na esteira das "duas grandes revoluções": as sociedades industrialmente avançadas. Terei muito a dizer nos capítulos que se seguem a respeito de o que implica a expressão "industrialmente avançadas". Mas não será prejudicial para nossa discussão se propusermos a seguinte definição: *a sociologia focaliza principalmente o estudo das instituições das sociedades "avançadas" ou "industrializadas" e as condições de transformação dessas instituições.*

Entretanto, quero atribuir ênfase especial ao fato de as sociedades "avançadas" não poderem ser tratadas como se estivessem isoladas do resto do mundo, ou das sociedades que as precederam no tempo — ainda que grande parte dos trabalhos sociológicos tenha sido escrita como se assim fosse. Além disso, é igualmente importante enfatizar que não é possível traçar precisamente linhas divisórias entre a sociologia e outras áreas de estudo. Nem é desejável que possamos fazê-lo. Algumas questões da teoria social, que têm a ver com a maneira pela qual o comportamento e as instituições humanas deveriam ser conceitualizados, são objeto de estudo por parte das ciências sociais como um todo. As diferentes "áreas" de comportamento humano que são abordadas pelas diversas ciências sociais formam uma divisão intelectual do trabalho que só pode ser justificada de maneira muito geral. A antropologia, por exemplo, está nominalmente preocupada com as sociedades "mais simples": as sociedades tribais, as chefias e os Estados sustentados pela agricultura. Tais sociedades, porém, vêm sendo completamente dissolvidas pelas profundas mudanças sociais que têm acometido o mundo ou então em vias de serem incorporadas pelos modernos Estados industriais. O objeto de estudo da economia, para considerarmos outro exemplo, é a produção e a distribui-

ção de bens materiais. Contudo, as instituições econômicas sempre estão, obviamente, associadas a outras instituições nos sistemas sociais, que as influenciam e são por elas influenciadas. Finalmente, a história, como o estudo do contínuo distanciamento entre passado e presente, constitui a fonte material da totalidade das ciências sociais.

Muitos pensadores notáveis associados ao desenvolvimento da sociologia ficaram impressionados com a importância da ciência e da tecnologia para as mudanças que testemunharam. Portanto, ao estabelecerem as metas da sociologia, buscaram, no estudo das questões sociais humanas, conseguir o mesmo êxito obtido pelas ciências naturais ao explicarem o mundo material. A sociologia devia ser uma "ciência natural da sociedade". Auguste Comte (1798-1857), que cunhou o termo "sociologia", formulou essa concepção de modo mais claro e abrangente. Alegou que todas as ciências, inclusive a sociologia, compartilham uma estrutura global de lógica e de método; todas visam descobrir as leis universais que regem os fenômenos particulares com os quais lidam. Comte acreditava que, se descobrirmos as leis que regem a sociedade humana, poderemos forjar nosso próprio destino, do mesmo modo que a ciência nos tem permitido controlar os eventos que fazem parte do mundo natural. Sua famosa fórmula, *Prévoir pour pouvoir* (prever para poder), expressa essa idéia.

Desde a época de Comte, a noção de que a sociologia deveria tomar como modelo as ciências naturais tem predominado — embora certamente não tenha deixado de sofrer objeções, sendo também expressa de várias e diferentes maneiras. Emile Durkheim (1858-1917), uma das figuras mais influentes que contribuíram para o desenvolvimento da sociologia no século XX, deu continuidade a alguns aspectos importantes do pensamento de Comte. Segundo ele, a sociologia diz respeito aos "fatos sociais", que podem ser abordados do mesmo modo objetivo que os fatos com que lidam as ciências naturais. Em seu pequeno, mas por demais influente livro *As regras do método sociológico* (1895), Durkheim propôs que os fenômenos sociais deveriam ser tratados como coisas: deveríamos considerar a nós mesmos como se fôssemos objetos que fazem

parte da natureza. Assim sendo, ele acentuou as similaridades entre a sociologia e a ciência natural.

Como mencionei anteriormente, rejeito esse tipo de ponto de vista, ainda que ele tenha sido muito difundido em sociologia. Falar da sociologia, e de outros temas, como a antropologia ou a economia, como "ciências sociais" é enfatizar que elas envolvem o estudo sistemático de um objeto empírico. Tal terminologia não nos confundirá enquanto percebermos que a sociologia e as outras ciências sociais diferem das ciências naturais em dois aspectos essenciais.

(1) Não podemos abordar a sociedade, ou os "fatos sociais", como fazemos com os objetos ou eventos que fazem parte do mundo natural, pois as sociedades só existem na medida em que são criadas e recriadas por nossas próprias ações como seres humanos. No que tange à teoria social, não podemos tratar as atividades humanas como se fossem determinadas por certas causas da mesma forma que os eventos naturais. Temos de compreender o que chamáramos de duplo envolvimento de indivíduos e instituições: criamos a sociedade e ao mesmo tempo somos criados por ela. Já mencionei que as instituições são padrões de atividade social reproduzidos ao longo do tempo e do espaço. Vale a pena refletir por um momento sobre as consequências de tal característica. Falar de "reprodução" da conduta social ou dos sistemas sociais é referir-se à repetição de modelos similares de atividade por parte de atores separados no tempo e no espaço. Realmente, é muito importante enfatizar esse aspecto, pois muitas teorias sociais — inclusive a de Durkheim — tendem a pensar em termos de imagens físicas, e tal tendência pode acarretar danosas consequências. Os sistemas sociais envolvem padrões de relacionamento entre indivíduos e grupos. Muitos sociólogos concebem tais padrões como as paredes de um edifício ou como o esqueleto de um corpo. Trata-se de uma atitude equivocada, por implicar uma imagem por demais estática e imutável das sociedades, isto é, por não esclarecer que a padronização dos sistemas sociais só existe na medida em que os indivíduos reiteram ativamente formas particulares de conduta em tempos e lugares distintos. Se tivéssemos de usar esse tipo de imagem, deveríamos dizer que os sistemas sociais são como

edifícios que estão sendo constantemente reconstruídos pelos próprios tijolos que os compõem.

(2) A partir do que foi dito, podemos concluir que as implicações práticas da sociologia não são e não podem ser diretamente análogas aos usos tecnológicos da ciência. Os átomos não podem saber o que os cientistas dizem sobre eles, ou mudar de comportamento com base nesse conhecimento. Já com os seres humanos dá-se o contrário. Por conseguinte, a relação entre a sociologia e seu "objeto de estudo" é necessariamente diferente da implicada pelas ciências naturais. Se considerarmos a atividade social como um conjunto mecânico de eventos, determinado pelas leis naturais, não só compreenderemos mal o passado, mas também deixaremos de perceber de que modo a análise sociológica pode contribuir para exercer alguma influência em nosso possível futuro. Como seres humanos, não apenas vivemos na história, mas nossa compreensão da história é uma parte integrante daquilo que a história é e do que pode vir a ser. Eis por que não nos podemos satisfazer com a idéia de Comte do *Prévoir pour pouvoir*, considerada como tecnologia social. Quando se trata de ciências sociais, dirigimo-nos a outros seres humanos, e não a um mundo inerte de objetos. Geralmente, por mostrar que o que a alguns se afigura inevitável ou inquestionável — por se assemelhar a uma lei natural — é, de fato, um produto histórico, a análise sociológica pode desempenhar um papel emancipatório na sociedade humana. Simultaneamente, a análise sociológica mostra sobriedade. Pois, embora o conhecimento possa contribuir de modo importante para se alcançar o poder, com este não se identifica. E nosso conhecimento de história é sempre inseguro e incompleto.

#### A imaginação sociológica: a sociologia como crítica

Neste livro, afirmo que a prática da sociologia demanda o que C. Wright Mills tão habilmente chamou de "imaginação sociológica" (C. Wright Mills, *The Sociological Imagination*, Harmondsworth, Penguin, 1970. [*A imaginação sociológica*, Rio, Zahar, 1965; 6ª ed., 1982]). Esse termo tem sido tão utilizado que corre o risco de tornar-se trivial, e o próprio Mills usou-o num sentido um tanto vago. Ao mencioná-lo, quero referir-me às várias formas rela-

cionadas de sensibilidade que se mostram indispensáveis à análise sociológica da maneira como a concebo. Só podemos compreender o mundo social a que deram início as sociedades industrializadas contemporâneas — a sociedade atual que se formou primeiramente no Ocidente — mediante um triplice exercício de imaginação. Essas formas da imaginação sociológica envolvem uma sensibilidade *histórica, antropológica e crítica*.

Seres humanos geneticamente idênticos a nós existem há mais ou menos 500 mil anos. Na medida em que podemos obter algum conhecimento a partir dos resíduos arqueológicos, “civilizações” baseadas na agricultura existem, quando muito, há apenas 10 mil anos. No entanto, esse parece um grande período quando comparado à insignificante duração da história recente, onde predomina o capitalismo industrial. Os historiadores não estão de acordo com relação a quando o capitalismo, como modo de atividade econômica, começou a predominar; mas é difícil sustentar a afirmação de que suas origens possam ser encontradas na Europa antes do século XV ou XVI. O capitalismo industrial, enquanto associação do empreendimento capitalista com a produção mecânica fabril, remonta à última parte do século XVIII, e nessa época só existia em determinadas partes da Grã-Bretanha. Os últimos 100 anos, que presenciaram a expansão do capitalismo industrial em nível mundial, têm, não obstante, causado mudanças sociais mais perturbadoras em suas consequências que qualquer outro período em toda a história anterior da humanidade. Os ocidentais vivem em sociedades que assimilaram o primeiro impacto de tais mudanças. A geração contemporânea está familiarizada com sociedades adaptadas a uma rápida inovação tecnológica, em que a maioria da população vive em cidades grandes ou pequenas, dedica-se a um trabalho industrial e é “cidadã” de Estados-Nações. Entretanto, esse novo mundo social familiar, criado de forma tão rápida e dramática, é único na história da humanidade.

No que se refere à imaginação sociológica, quem analisa hoje em dia as sociedades industrializadas tem, em primeiro lugar, de se esforçar para recuperar nosso próprio passado imediato — o “mundo que perdemos”. Só mediante tal esforço de imaginação, que naturalmente envolve uma consciência histórica, é que podemos compre-

ender como o modo de vida dos que atualmente vivem nas sociedades industrializadas é diferente do das pessoas que viveram num passado relativamente recente. Os fatos brutos, como os que mencionei ao falar da urbanização, nos auxiliam a compreender tal fenômeno. Mas o que é realmente necessário é uma tentativa de reconstrução imaginativa da constituição das formas de vida social que foram, em grande parte, erradicadas. Nesse caso, é impossível fazer uma distinção entre o ofício do sociólogo e a arte do historiador. A Inglaterra setecentista, a sociedade que experimentou pela primeira vez o impacto da Revolução Industrial, era ainda uma sociedade em que os costumes da comunidade local eram mantidos pela penetrante influência da religião. Foi uma sociedade em que podemos constatar uma continuidade com a Grã-Bretanha do século XX, mas onde os contrastes são notáveis. As organizações que hoje em dia são comuns existiam apenas numa forma rudimentar: não apenas fábricas e escritórios, mas escolas, faculdades, hospitais e prisões só se tornaram comuns no século XIX.

De certo modo, naturalmente, essas mudanças na estrutura da vida social são de tipo material. Ao descrever a Revolução Industrial, assim escreveu um historiador:

A tecnologia moderna não apenas produz mais e mais rápido; ela produz objetos que de modo algum poderiam ser produzidos pelos métodos de que dispúnhamos anteriormente. A melhor fiadeira indiana não poderia produzir um fio tão fino e regular como o da fiadeira automática; nenhuma forja do século XVIII poderia produzir chapas de aço tão grandes, lisas e homogêneas como as da fábrica moderna. E, o que é mais importante, a moderna tecnologia tem criado coisas que dificilmente teriam sido concebidas na era pré-industrial: a câmara, o automóvel, o aeroplano, toda a série de inventos eletrônicos (do rádio ao computador), a usina nuclear e assim por diante, quase *ad infinitum* [...]. Isso tem resultado num imenso aumento da produção e variedade de bens e serviços, sendo o bastante para transformar a vida do homem mais que qualquer coisa que ele tenha feito desde a descoberta do fogo: o inglês de 1750 estava mais próximo, em coisas materiais, dos legionários de César do que de seus próprios bisnetos. (David S. Landes, *The Unbound Prometheus*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969, p. 5.)

A escalada e a disseminação da inovação tecnológica constituem inegavelmente uma das características distintivas das atuais sociedades industrializadas. E estão intimamente associadas ao declínio da tradição, o esteio da vida cotidiana na comunidade aldeã local, importante até mesma na vida urbana da era pré-capitalista. A tradição incluía o presente no passado, e implicava uma experiência do tempo distinta da que predomina nas sociedades ocidentais contemporâneas. O dia de cada um não era dividido em "tempo de trabalho" e "tempo livre", como ocorre hoje em dia; e não se separava claramente o "trabalho" das demais atividades, fosse no espaço ou no tempo.

Já me referi à interseção de duas grandes revoluções que se situam na origem das transformações das sociedades da Europa Ocidental. A segunda foi a revolução política, que está associada à origem do Estado-Nação, fenômeno tão significativo para a criação do mundo moderno como o incremento da industrialização. Os que vivem no Ocidente consideram-se "cidadãos" de uma nação particular, e nenhum deles poderia deixar de estar consciente do importante papel que o Estado (governo centralizado e administração local) desempenha em suas vidas. No entanto, o desenvolvimento dos direitos de cidadania, particularmente o sufrágio universal, é relativamente recente. Trata-se do nacionalismo, o sentimento de se pertencer a uma comunidade nacional distinta, separada das outras. Essas se tornaram características da organização "interna" dos Estados-Nações mas é igualmente importante atentar para o fato de que as relações *entre* Estados-Nações são fundamentalmente distintivas da era moderna.

Hoje em dia, vivemos num sistema mundial que não encontra paralelo nas eras que nos antecederam. As "duas grandes revoluções" têm-se disseminado em escala mundial. O capitalismo industrial baseia-se numa complexa especialização da produção, numa divisão do trabalho em que as relações de troca estão espalhadas pelo mundo inteiro. Consideremos as roupas que estamos vestindo, a sala em que estamos ou a comida que comeremos na próxima refeição. É improvável que nós mesmos tenhamos confeccionado nossas roupas, construído nossas próprias moradias ou cultivado os alimentos que consumimos. Nos países industrializados, estamos acostumados com tal situação, mas, antes do advento do capitalismo industrial,

a divisão do trabalho era muito menos complexa. A maior parte da população satisfazia diretamente quase todas as suas necessidades e, quando não o fazia, utilizava o serviço de outras pessoas de sua comunidade local. Entretanto, atualmente os produtos são manufaturados e trocados num âmbito mundial, o que demanda uma divisão do trabalho verdadeiramente global. Não apenas muitos dos bens consumidos no Ocidente são produzidos no Oriente, e até certo ponto vice-versa, mas também podemos constatar intrincadas ligações entre processos de produção levados a cabo em lugares distintos. Determinadas partes de um aparelho de tv, por exemplo, podem ser feitas num país e outras partes, alhures; ele pode ser montado noutro lugar e ainda ser vendido noutro país.

Mas não foi somente a expansão das relações econômicas que deu origem a um novo e único sistema mundial. A expansão do capitalismo tem sido acompanhada pela predominância geral do Estado-Nação. Já me referi a algumas características "internas" do Estado-Nação (e quero analisá-las mais completamente no Capítulo 7). Contudo, num sentido importante, é enganador falar "do" Estado-Nação pois, a partir de suas origens na Europa, sempre tem havido *Estados-Nações* que se relacionam ambigualmente, de maneira harmônica ou conflituosa. Hoje em dia, todo o mundo está dividido em diversos Estados-Nações. Não só a emergência dos Estados-Nações na Europa, mas especialmente seu desenvolvimento noutras partes do mundo é, uma vez mais, fenômeno relativamente recente. Durante a maior parte de sua história, a humanidade esteve escassamente disseminada pelo mundo, vivendo em sociedades muito pequenas, caçando animais e coletando vegetais comestíveis. Trata-se das chamadas sociedades de "caçadores e coletores". No decorrer dos últimos 10 milênios, o mundo manteve-se ainda esparsamente habitado, em comparação com a época atual, por pessoas que viviam em sociedades de caça e coleta, pequenas comunidades agrícolas, cidades-Estados ou impérios. Alguns impérios, principalmente o da China, foram muito vastos. Mas eram muito diferentes dos Estados-Nações contemporâneos. Por exemplo, o Governo central chinês, na China tradicional, nunca logrou obter um controle muito direto sobre suas várias províncias, especialmente as mais extensas. A maior parte dos que se sujeitavam a

soberania do Estado chinês levava uma vida muito diferente da de seus governantes, com os quais tinha muito pouco em comum no que se refere à cultura ou à língua.

Ademais, embora os vários tipos de sociedades mencionados se relacionem de diversas formas, essas ligações certamente não estavam disseminadas pelo mundo como ocorre atualmente. A observação "Oriente é Oriente e Ocidente é Ocidente e os dois nunca se encontrarão", anterior ao século atual, expressava uma circunstância muito real. Houve contatos esporádicos e um certo comércio intermitente entre a China e a Europa do século XI em diante; mas durante os séculos que se seguiram, a China e o Ocidente habitaram universos separados. Atualmente, tudo isso mudou, não obstante diferenças culturais possam ainda separar Oriente e Ocidente. A China não é mais um império, mas um Estado-Nação, se bem que de grandes dimensões, não só em termos de território, mas também de população. Naturalmente, é também um declarado Estado socialista. Embora os Estados-Nações estejam atualmente disseminados pelo mundo, de maneira alguma têm seguido o modelo "liberal-democrático" que se estabeleceu com mais firmeza na Europa Ocidental.

Se a primeira dimensão da imaginação sociológica envolve o desenvolvimento de uma sensibilidade histórica, a segunda acarreta o aperfeiçoamento de um *insight* antropológico. Fazer tal afirmação é novamente enfatizar a tênue natureza das fronteiras convencionalmente reconhecidas entre as diversas ciências sociais. A obtenção de um sentido histórico de quão recentes e dramáticas são as transformações sociais ocorridas nos dois séculos passados é difícil. Mas talvez seja ainda mais difícil superar a crença, explícita ou implícita, de que os modos de vida que têm sido desenvolvidos no Ocidente são, de alguma forma, superiores ao de outras culturas. Tal crença é encorajada pela ampla disseminação do próprio capitalismo ocidental, o qual acarretou uma série de eventos que desgastou ou destruiu muitas outras culturas com que entrou em contato. Além disso, muitos pensadores sociais têm atribuído forma concreta a essa noção ao tentarem incluir a história humana em esquemas de evolução social nos quais a "evolução" é compreendida em termos da capacidade de diversos tipos de sociedade de controlarem ou dominarem seu meio ambiente material. Inevitavel-

mente, a industrialização ocidental parece ser o ápice desses esquemas, visto que inegavelmente ela tem alcançado uma produtividade material imensamente maior que as de quaisquer outras sociedades que a precederam na história.

No entanto, tais esquemas evolucionistas expressam um etnocentrismo que cabe à imaginação sociológica dissipar. Uma concepção etnocêntrica é aquela que adota o ponto de vista de sua própria sociedade ou cultura como padrão de medida para avaliar todas as outras. Sem dúvida, tal atitude está profundamente enraizada na cultura ocidental. E também tem caracterizado muitas outras sociedades. Contudo, no Ocidente a convicção de superioridade tem sido, de certo modo, uma expressão, bem como uma justificação, da acerbada dominação sobre outras maneiras de viver por parte do capitalismo industrial. Porém, não devemos confundir o poder econômico e militar das sociedades ocidentais, que lhes tem permitido assumir uma posição preeminente no mundo, com o ápice de um esquema evolutivo. A valorização da produtividade material, tão pronunciada no Ocidente moderno, é em si mesma uma atitude especificamente anômala, quando comparada com outras culturas.

A dimensão antropológica da imaginação sociológica é importante porque nos permite apreciar a diversidade dos modos de existência humanos que se têm sucedido em nosso mundo. Uma das ironias da era moderna é que o estudo sistemático da diversidade das culturas humanas — "o trabalho de campo antropológico" — surgiu paralelamente à voraz expansão do capitalismo industrial e do militarismo ocidental que acelerava a destruição de tais culturas. No entanto, o aspecto antropológico da imaginação sociológica tem caracterizado as ciências sociais desde seu início, rivalizando com o pensamento evolucionista de caráter etnocêntrico. No *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens* (1755), de Jean-Jacques Rousseau, encontramos repetidas vezes a idéia esclarecedora de que, ao nos tornarmos conscientes da desconcertante variedade das sociedades humanas, podemos aprender a compreender melhor a nós mesmos. "O mundo todo", observou Rousseau, está constituído por sociedades "das quais conhecemos apenas os nomes, não obstante ousemos opinar sobre a raça humana!" E em seguida pede-nos para ima-

ginar uma expedição constituída de intrépidos observadores que se mostrem sensíveis à diversidade da experiência humana para descrever as multifacetadas sociedades existentes, acerca das quais conhecemos muito pouco. "Suponhamos", escreve Rousseau, "que esses novos Hércules, ao voltarem de suas memoráveis expedições, ponham-se calmamente a escrever a história natural, moral e política daquilo que viram. Então, veríamos um novo mundo emergir de suas penas e, conseqüentemente, aprenderíamos a conhecer a nós mesmos."

No decorrer do século e meio que se seguiu à publicação do *Discurso* de Rousseau, viajantes, missionários, comerciantes e outros mais realizaram essas viagens. No entanto, seus relatos eram incertos ou parciais, ou assumiam o próprio etnocentrismo que Rousseau pretendia atacar. O trabalho de campo antropológico de tipo sistemático e minucioso só teve início por volta da virada do século XX. Desde essa época, a partir da qual seu campo de estudo diminuiu rapidamente, a antropologia logrou reunir muitas informações a respeito de diferentes culturas. Por um lado, tal informação confirma a unidade da raça humana; não tem fundamento a afirmação de que as pessoas que vivem em sociedades pequenas e "primitivas" são de algum modo geneticamente inferiores às que vivem em "civilizações" supostamente mais avançadas. Não conhecemos sociedades humanas que não possuam formas desenvolvidas de linguagem, e não parece haver correlação entre tipos de sociedade e complexidade linguística. Por outro lado, a moderna pesquisa antropológica também subjaz o amplo espectro de instituições pelas quais os seres humanos podem ordenar suas vidas.

Geralmente, o antropólogo contemporâneo é um cronista do desastre, de culturas devastadas pela destruição militar, assoladas por enfermidades introduzidas pelo contato com o ocidental ou arruinadas pela dissolução de seus costumes tradicionais. Segundo Claude Lévi-Strauss, talvez o mais eminente pensador que se dedica a esse assunto nos dias de hoje, o antropólogo é o "aluno e a testemunha" desses povos em via de extinção. A luta para impedir o contínuo despojamento dos direitos desses povos, ou pelo menos para suavizar-lhes o ajustamento a novos modos de vida quando o seu já se desintegrou, envolve questões urgentes e bastante práticas. No entanto, a impor-

tância de tais lutas não deveria levar-nos a ignorar a importância do trabalho antropológico que foi produzido no decorrer dos últimos 50 anos, pois a partir de tal trabalho podemos manter viva a imagem de formas de vida social que podem estar às vésperas de serem erradicadas para sempre.

Ao combinar esse segundo sentido com o primeiro, o exercício da imaginação sociológica possibilita-nos ultrapassar o acanhado ponto de vista de só pensar em termos do tipo de sociedade que conhecemos de modo imediato. Assim sendo, cada qual é diretamente relevante para a terceira forma de imaginação sociológica que quero assinalar. Ela concerne às possibilidades futuras. Ao criticar a idéia de que a sociologia se assemelha a uma ciência natural, aleguei com veemência que nenhum processo social é regido por leis inalteráveis. Como seres humanos, não estamos condenados a sermos arrastados por forças que sejam tão inevitáveis quanto as leis naturais. Mas isso significa que devemos estar conscientes das *alternativas futuras* que potencialmente se nos apresentam. É nesse terceiro sentido que a imaginação sociológica se une à tarefa da sociologia ao contribuir para a *crítica das formas existentes de sociedade*.

A crítica deve basear-se na análise. Nos capítulos seguintes, iniciarei a discussão de diferentes concepções da natureza das sociedades industrializadas, contrastando-as com interpretações contrárias. Mas as mudanças que tiveram início no Ocidente, como enfatizei anteriormente, não podem ser apreendidas sem se levar em conta as relações entre essas sociedades e o restante do mundo. Em conseqüência, discutirei minuciosamente a importância da formação do sistema mundial contemporâneo, um fenômeno fundamental para se estimarem as futuras potencialidades da organização social humana.